



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14177 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT13 - Educação Fundamental

BRANQUITUDE E RACISMO NA EDUCAÇÃO: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DOCENTE

Pamela Cristina Tavares - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Regina Aparecida Correia Trindade - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Mairce da Silva Araujo - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

BRANQUITUDE E RACISMO NA EDUCAÇÃO: NARRATIVAS E MEMÓRIAS DOCENTE

RESUMO

Este trabalho se vincula a uma pesquisa de Mestrado em Educação, que problematiza o lugar da branquitude na construção do racismo na educação, a partir do diálogo com as falas de professoras produzidas no cotidiano de escolas de duas redes municipais de educação do Rio de Janeiro. A abordagem qualitativa e os aportes da pesquisa narrativa fundamentam este trabalho.

Palavras-chave: branquitude; educação; narrativas; memória docente.

Situando a pesquisa: entrelaçamentos iniciais

A cada dia que passa, urge a necessidade de nos posicionarmos de forma político, ético, estético, contra o racismo. A cada dia que passa poderíamos evitar novas ações de racismo se esta discussão fosse tomada para si por toda a sociedade, em todos os espaços educativos, e não somente pela comunidade negra, que legitimamente ocupa este lugar.

Neste sentido, este trabalho visa problematizar o lugar da branquitude, a partir da noção de pertencimento a este lugar em articulação com a narrativa de experiências docentes.

Desta forma, a pesquisa em andamento objetiva compreender conceitos indispensáveis para entender as questões étnicorraciais na escola e seus atravessamentos para a experiência docente em uma turma de quinto ano da educação fundamental.

Os estudos sobre branquitude

Os estudos em torno da branquitude, protagonizados por intelectuais negros, nos Estados Unidos da América, foram situados em três momentos, no período que vai do século XIX até a primeira parte do século XX (BENTO, 2022, p. 55). Nos dois primeiros momentos colocando a centralidade da discussão racial a partir da branquitude (DU BOIS, 1868/1963) ou questionando a suposta invisibilidade da branquitude (TONI MORRISON, 1931/2019), de uma forma geral, os estudos buscavam colocar em xeque a supremacia branca americana. O terceiro momento se caracteriza, segundo Bento (2022) pela reação da branquitude em torno da crescente ocupação de pessoas negras nos espaços institucionais públicos ou privado, nos quais as pessoas brancas eram maioria.

Na discussão sobre a questão das desigualdades sociais, ler a sociedade capitalista como uma sociedade de classes não era suficiente.

Neste sentido, se faz necessário pensar as articulações entre a temática e nossos cotidianos docentes, sobretudo em nossa posição política, ética. E compreender o contexto foi fundamental para entender minha própria história como oriunda do Sul do país, numa região fronteiriça, marcada pela ideia de superioridade.

O conhecimento sobre branquitude e as narrativas em uma sala de ensino fundamental

Mas tia, você é branca, né!

(Carlos)

Estava com a minha turma do quinto ano e como proposta do planejamento desse dia, havia trazido um conto africano, “A formiga e o mar”, depois de uma leitura individual e com/para eles/as, conversávamos sobre a diversidade dos povos indígenas e povos africanos que foram guerreiros/ras e lutaram contra a violenta realidade da colonização.

Nesse momento, Carlos intervém: - *Ainda bem que a maioria aqui, apontando para ele e seus/as colegas, somos parentes de pessoas que não foram assassinos.*

Sua afirmação me chamou a atenção, pois me colocou de fora do que ele nomeou de “maioria aqui”.

Provoquei mais um pouco e afirmei: *Mesmo eu, que carrego a marca de ser branca, tenho ancestralidade indígena...*

Nem terminei de argumentar e Carlos, visivelmente incomodado, contrapõe: - *mas tia, você é branca, né!*

Meio sem graça, me controlava, para não parar a aula e registrar tudo em meu caderno de planejamento.

Em minha avaliação, Carlos expressou um pensamento muito recorrente, e para ser compreendido requer olhar para a história do Brasil a partir de outra perspectiva.

Entender como o racismo entra na pauta do governo brasileiro, com protagonismo para o Movimento Negro, Oracy Nogueira e Guerreiro Ramos que, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995, discípulo de Florestan Fernandes, ambos sociólogos da branquitude que contribuíram para desconstruir a ideia democracia racial.

A caminhada pela inserção da população africano/as e afro-brasileiros/as na agenda política, se alargou a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), que aprovou a lei de cotas raciais como uma das medidas da reparação histórica.

Com essa ótica, outra política pública garante que o estudante brasileiro tenha contato com a literatura decolonial^[1] nas escolas públicas e privadas através da Lei 10.632/03 que torna obrigatório o ensino da história africana e afro-brasileira em todos os segmentos do ensino básico, e posteriormente a Lei 11.645/08 com a inserção da história e cultura dos povos originários do Brasil.

Por isso, ao trabalhar as questões étnicorraciais, cruzando as narrativas vivenciadas na rotina escolar, notei que, mesmo sendo trabalhadora corroborava com o conceito trazido por Cida Bento de “pacto narcísico” (2020) que invisibiliza as situações de racismo através do silêncio. Dessa forma, Bento alerta que o silêncio funciona como guardião dos privilégios da branquitude/branquidade. Neste movimento de perceber-se pelas narrativas, possibilitou o deslocamento da construção da identidade da branquitude do fato de ter a cor da pele e traços físicos oriundo da eurodescendência. Lia V. Shucman articula ficar evidente nas narrativas que compõem sua pesquisa que o branco da elite se diferencia do “outro” branco (SHUCMAN, 2020, p. 170) compreendendo que a classe trabalhadora branca ou considerada branca, tem a tarefa de se instrumentalizar com o letramento racial^[2], e se posicionar contra os privilégios que atingem as instituições e suas estruturas, sabendo que estamos em bases marxiana socioeconômicas e entendemos a sociedade capitalista como infraestrutura – base econômica, e superestrutura – domínio jurídico político. Portanto, olhar para além das formalidades, sabendo que a tarefa da desconstrução do racismo é responsabilidade daquele que o inventou, ou seja: o branco trabalhador/a, e a branquitude crítica (CARDOSO, 2010, V. 8, p. 661).

Nos caminhos pela superação do racismo, uma caminhada em construção...

Nos caminhos da pesquisa até aqui foi possível identificar que cresceu o interesse dos

educadores/as brancos acerca do conceito da branquitude/branquidade, mas é preciso ir além e buscar quem são os responsáveis pela construção e manutenção do racismo e de uma prática cultural e social racista que leva em consideração que ela está presente nos currículos; ela é um processo histórico pós-abolição complexo e, no sentido trazido por Shimamanda, atentando-se para o “perigo da história única” (ADICHIE, 2009, p. 2).

Para dialogar sobre o cotidiano, Regina Leite Garcia, nos ensina que tudo acontece no cotidiano e o perigo mora lá (GARCIA, 2003).

Em meio a pesquisa percebi que um dos principais caminhos para conseguir dialogar sobre o silêncio, era rompê-lo, no sentido que Lia.

Assim, esta apresentação é também um ato político, a intenção é dizer que me expor como também pertencente a um grupo de opressor e denunciar o racismo que já foi parte da minha identidade e contra o qual hoje luto conscientemente para desconstruir é romper o silêncio chamado pela psicóloga Maria Aparecida Bento de “parto narcísico” entre brancos... (SHUCMAN, 2020, p. 27).

Nesta estrada, o debate as experiências, memórias, história de vida, narrativas formativas, percebo os atravessamentos da branquidade e branquitude que me compõem, por isso, a narrativa desta experiência me ajuda a romper o silêncio em relação ao racismo e privilégios que atravessam minha constituição humana e, indissociável a ela, minha dimensão docente, considerando o *pensar/fazer* docente como um ato político, formativo, que visa transformar as relações superando as bases racistas da sociedade.

Contudo, se percebe a urgência, dos/as educadores/as, principalmente os brancos e considerados brancos, assumirem a tarefa do letramento racial, sabendo que a sociedade se estruturou no racismo.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C.A. O perigo de uma história única. 1. Ed. Companhia das Letras. 2019.
- ALMEIDA, S.L. Racismo estrutural. 1. Ed. São Paulo. Jandaíra. 2019.
- BENTO, M.A.S. O pacto da branquitude. 1. ed. São Paulo. Companhia das letras. 2022.
- CORDEIRO, V.M.R. SOUZA, de V.M.R, Histórias a contrapelo: escritas de si, (auto)biografia e formação de leitores. Tours/França, 2007.
- CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, Manizales*, Vol. 8 no. 1 ene-jun. 2010.
- CARDOSO, L. O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957- 2007). Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

GARCIA, R.L. Método Métodos Contramétodos. São Paulo. Cortez Editora. 2003.

GOMES, Nilma Lino. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. A Cor da Cultura, 2011. Disponível em: . Acesso em: 06 nov. 2020.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

PINHEIRO, A.A. O espelho quebrado da branquitude: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante. 1. ed. Curitiba. Appris, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. 2005.

SCHUCMAN, L.V. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 1. ed. São Paulo: Annablume. 2016.

[1] Visão da sociedade pautada nas falas e registros depois do período de colonização de países como o Brasil que foi território Português.

[2] Letramento Racial trata das apropriações e utilização dos conceitos e práticas da área das relações raciais com o objetivo de utilizar para a desconstrução do racismo.